

Acordo sobre desoneração da folha é anunciado

Tributação voltará de forma gradual

DE BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciaram ontem acordo sobre a tributação dos 17 setores econômicos atendidos pela política de desoneração da folha de pagamentos. A tributação não será alterada este ano e um escalonamento da cobrança começará a valer em 2025, se estendendo até 2028.

Com isso, haverá uma espécie de "escadinha": alíquota de 5% em 2025; de 10% em 2026; e de 15% em 2027. Já em 2028 será retomada a alíquota cheia, de 20%. A taxa sobre a

folha de pagamentos do 13º salário só ocorrerá no último ano.

A desoneração da folha substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de salários por uma taxa de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Foi instituída em 2011 para setores intensivos em mão de obra. Juntos, eles incluem milhares de empresas que empregam 9 milhões de pessoas.

Por decisão do Congresso no ano passado, a política foi prorrogada até 2027, mas acabou suspensa por liminar do STF em ação movida pelo Governo Federal, que ignorou a votação no



Pacheco (2) e Haddad: acordo precisa ser protocolado no STF, que deu liminar suspendendo desoneração

PREFEITURAS

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que será discutido um novo modelo de sistema previdenciário para os municípios, cuja desoneração da folha dos funcionários também foi suspensa pelo STF, da necessidade de acordo. Uma nova reunião do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na próxima

semana, desta vez com prefeitos, vai tratar do tema. Haddad ressaltou que a proposta dos municípios deverá ter um formato diferente à alternativa dada aos 17 setores. Haddad esclareceu que a expectativa era de que houvesse um avanço no debate com os municípios nesta semana, mas a reunião foi adiada em decorrência das chuvas

no Rio Grande do Sul. Prefeitos tiveram que adiar a vinda a Brasília por causa das tragédias no estado, segundo Haddad. O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse esperar que o STF dê um prazo para o governo apresentar uma forma de compensar receitas para cobrir as perdas com a desoneração até 2027.

Congresso. A alegação foi que o Congresso não previu uma fonte de receitas para bancar o programa.

O próximo passo, segundo o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, é que o Supremo Tribunal Federal (STF) formalize o acordo antes do dia 20 - quando começaria a cobrança cheia.

Com o impasse provocado pela decisão judicial, representantes dos setores atendidos pelo programa abriram negociação com o Governo Federal nas últimas semanas. O pleito inicial era que a reconexão gradual só começasse em 2026 e que se alongasse até 2029, mas o Ministério da Fazenda não aceitou estar a desoneração para além de 2027.

Ontem, o ministro da Fazenda deixou aberta a porta para uma reforma dos tributos que incidem sobre os salários no futuro. "Se formos perseverantes, muito antes de 2027 teremos aprovação de um substitutivo para isso (cobrança sobre a folha de pagamentos), de alguma coisa que faça mais sentido, do que o atual modelo, que está, de certa forma, ultrapassado". (Estadão Conteúdo)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia Caderno: b Pagina: 1